

Portugal 2020

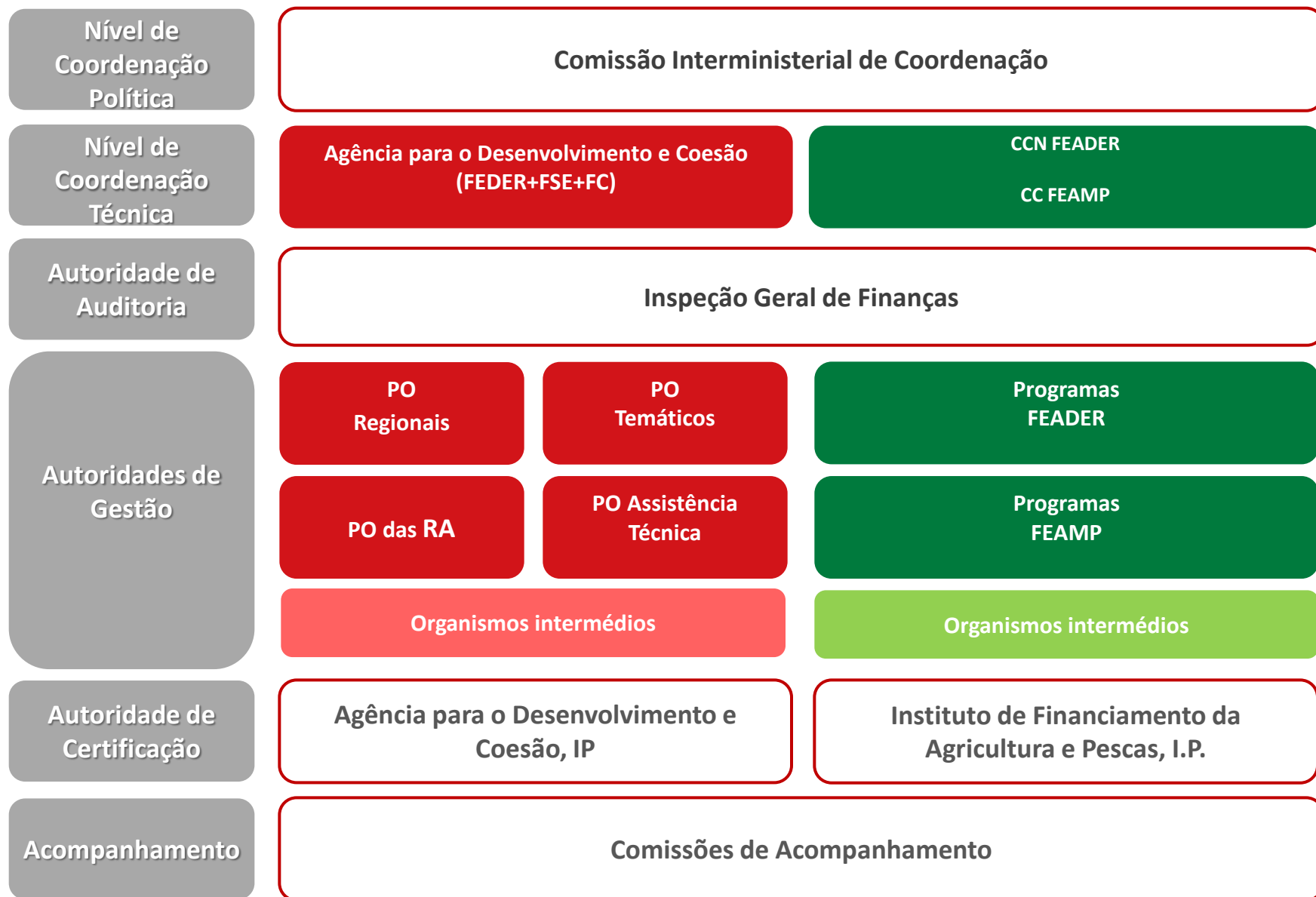
Modelo de governação

Princípios gerais:

- ✓ **Princípio da racionalidade económica** — subordinação de qualquer decisão de apoio dos fundos à aferição rigorosa da sua mais-valia económica, social e ambiental;
- ✓ **Princípio da concentração** — concentrar o apoio dos fundos do PT2020 num número limitado de prioridades;
- ✓ **Princípios da disciplina financeira e da integração orçamental** — garantir a coerência entre a programação dos fundos comunitários e a programação orçamental plurianual nacional;
- ✓ **Princípios da segregação das funções de gestão e da prevenção de conflitos de interesse** — separação rigorosa de funções de análise e decisão, pagamento, certificação e de auditoria e controlo;
- ✓ **Princípio da transparência e prestação de contas** — garantir boas práticas de informação pública dos apoios concedidos e da avaliação dos resultados obtidos;
- ✓ **Orientação para resultados.**

Órgãos de governação

- **Coordenação política;**
- **Coordenação técnica;**
- **Gestão;**
- **Certificação;**
- **Pagamento;**
- **Auditoria e controlo;**
- **Monitorização e avaliação;**
- **Acompanhamento;**
- **Acompanhamento das dinâmicas regionais;**
- **Articulação funcional;**
- **Curador do beneficiário.**



Comissão Interministerial de Coordenação (CIC)

- Coordenação política
- 1 membro do Governo de cada área ministerial,
- Coordenada por MADR

Atribuições – aprovar:

- ✓ a estratégia global do PT2020
- ✓ regulamentação específica de aplicação dos fundos da política de coesão
- ✓ lista de organismos intermédios
- ✓ plano global de comunicação
- ✓ plano global de avaliação
- ✓ redes de articulação funcional
- ✓ revisão e reprogramação global do PT2020 e dos PO
- ✓ afetação da reserva de desempenho
- ✓ plano de abertura de candidaturas

Coordenação técnica

- ✓ Agência, coordenação geral nível PT 2020
fundos da política de coesão e FEAC
- ✓ Comissão de Coordenação Nacional (CCN), para o FEADER
- ✓ Comissão de Coordenação do FEAMP (CCF), para o FEAMP

Coordenação técnica do PT 2020

- ✓ Garantir, em articulação com a CCN e a CCF, o apoio técnico à CIC PT2020;
- ✓ Assegurar, em articulação com a CCN e a CCF, a interlocução com a Comissão Europeia, ao nível do PT2020;
- ✓ Assegurar a coordenação geral, incluindo o acompanhamento dos processos de programação, reprogramação e monitorização dos fundos, em articulação com as AG dos PO e PDR, e sem prejuízo das competências atribuídas à CCN e à CCF;
- ✓ Promover ações de capacitação para garantir o proficiente exercício das competências dos órgãos de governação, dotando-os, designadamente, dos meios para o efeito necessários;
- ✓ Coordenar e desenvolver, em articulação com a CCN e a CCF, o sistema de avaliação do PT2020, na perspetiva da sua contribuição para a concretização das políticas públicas cofinanciadas;
- ✓ Desenvolver os instrumentos de reporte sobre a aplicação dos FEEI, nomeadamente os previstos na regulamentação europeia;

Coordenação técnica do PT 2020

- ✓ Coordenar a conceção e o acompanhamento global do quadro de desempenho, com vista à aferição do nível de obtenção de resultados e objetivos propostos no Acordo de Parceria;
- ✓ Elaborar e submeter à aprovação da CIC PT2020 os relatórios anuais de monitorização estratégica, operacional e financeira do PT2020;
- ✓ Assegurar a coordenação e garantia de bom funcionamento das estruturas de articulação funcional, bem como elaborar o conjunto das regras e procedimentos das respetivas redes, salvo quanto à rede rural nacional Divulgar informação sobre a monitorização estratégica do PT2020;
- ✓ Elaborar e submeter à aprovação da CIC PT2020, em articulação com a CCN e a CCF, o plano global de avaliação do PT2020, que inclui as avaliações de âmbito estratégico e operacional;
- ✓ Elaborar e submeter à aprovação da CIC PT2020, em articulação com a CCN e a CCF, o plano global de comunicação do PT2020;

Coordenação técnica do PT 2020

- ✓ Criar e manter o portal de acesso aos FEEL, cujos conteúdos desenvolve em articulação com as autoridades de gestão do FEADER e do FEAMP, com o organismo pagador do FEADER e com a autoridade de certificação do FEAMP;
- ✓ Garantir o acesso eletrónico à versão permanentemente atualizada e consolidada do regime legal de aplicação dos FEEL;
- ✓ Conceber e propor à CIC PT2020, para aprovação, as orientações e instrumentos necessários à aplicação do quadro de desempenho, ouvidas a CCN e a CCF;
- ✓ Elaborar e submeter à aprovação da CIC PT2020, em articulação com a CCN e a CCF, a proposta de reafetação, a nível nacional, da reserva de desempenho, de acordo com uma avaliação do desempenho dos diferentes PO, a realizar em 2019, ponderando os respetivos indicadores de resultado;
- ✓ Criar e gerir uma bolsa de peritos externos;

Coordenação técnica do PT 2020

- ✓ Submeter à aprovação da CIC PT2020, em articulação com a CCN e a CCF, a proposta de reafetação, a nível nacional, das dotações disponíveis para sistemas de incentivos e para instrumentos financeiros, de acordo com a avaliação do desempenho e concretização dos indicadores de realização de ambos os sistemas, a ter lugar em 2019;
- ✓ Apreciar e transmitir à Comissão Europeia, as propostas relativas a grandes projetos;
- ✓ Participar na elaboração do plano global de avaliação do PT2020 e dos respetivos programas;
- ✓ Participar no acompanhamento dos exercícios de avaliação do PT2020 e dos respetivos programas;
- ✓ Exercer as funções de secretariado administrativo permanente da CIC PT2020.I;

Coordenação técnica dos FEEI

- ✓ Assegurar, em articulação com as AG a coordenação global dos instrumentos de programação;
- ✓ Contribuir para a elaboração do plano global de avaliação do PT2020, a submeter à aprovação da CIC PT2020;
- ✓ Contribuir para a elaboração do plano global de comunicação do PT2020, a submeter à aprovação da CIC PT2020;
- ✓ Coordenar a elaboração do plano global de avaliação dos respetivos PO e PDR, que contempla avaliações de âmbito estratégico e operacional e inclui uma lista indicativa dos exercícios de avaliação previstos para o período 2014-2020, a sua natureza e calendário;
- ✓ Gerir as dotações dos FEEI e o montante da contrapartida nacional, salvo no caso do FEADER e do FEAMP;
- ✓ Provar as orientações técnicas aplicáveis de forma transversal aos respetivos PO e PDR e acompanhar a sua aplicação, para os fundos da coesão e o FEADER.

Coordenação técnica dos fundos da coesão

- ✓ Elaborar orientações técnicas e definir os requisitos a observar pelas AG na elaboração da regulamentação específica;
- ✓ Emitir parecer prévio e submeter à aprovação da CIC PT2020 a regulamentação específica proposta pelas AG;
- ✓ Elaborar orientações de gestão que apoiem o exercício correto das competências das AG e acompanhar a respetiva aplicação;
- ✓ Submeter à aprovação da CIC PT2020 a lista de organismos intermédios e os termos da delegação de competências das AG nos mesmos;
- ✓ Apreciar as propostas de revisão e de reprogramação de cada PO

Peritos externos

- A aquisição de serviços de peritos externos independentes dos órgãos de governação, é precedida de concurso limitado por prévia qualificação, com publicidade no JOUE, a realizar pela Agência, tendo em vista a celebração de acordo quadro com peritos, válido por quatro anos, e respeita a regulamentação específica aplicável
- Celebrado o acordo quadro, a formação dos contratos de aquisição de serviços de consultadoria por peritos externos ao abrigo do mesmo é precedida do procedimento previsto no artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, restrito aos peritos do acordo quadro

Autoridade de Gestão (AG)

- ✓ Responsável pela gestão, acompanhamento e execução do respetivo PO ou PDR
- ✓ Natureza de estrutura de missão e criadas por RCM
- ✓ Estatuto do Gestor Público
- ✓ Dos atos praticados pela AG não cabe recurso hierárquico
- ✓ Recrutamento dos membros efetuado por:
 - mobilidade geral
 - contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo
- ✓ Designação de gestores de procedimento:
 - Obter junto das entidades competentes informação sobre o estado de emissão dos pareceres necessários à instrução das operações
 - concordância com a pretensão do beneficiário, na ausência de emissão de parecer obrigatório não vinculativo dentro do prazo previsto na lei
 - Interpelar, na ausência de emissão de parecer obrigatório vinculativo dentro do prazo previsto na lei, o órgão competente para emitir aquele parecer, fixando novo prazo, que não pode exceder 20 dias úteis

AG de PO temático

Membros das comissões diretivas dos PO temáticos são designados na RCM, sob proposta dos membros do Governo responsáveis:

POCI

Economia, finanças, Administração Pública, desenvolvimento regional, transportes e ciência;

POISE

Emprego e segurança social, igualdade de género, desenvolvimento regional, saúde e educação;

POCH

Educação, desenvolvimento regional, ensino superior e emprego;

POSEUR

ambiente e energia, administração interna, desenvolvimento regional e ordenamento do território

AG de PO Regional

Integrada pelos seguintes órgãos:

Comissão diretiva (um presidente e por dois vogais)

Secretariado técnico

Presidente da comissão diretiva é, por inerência, o presidente da respetiva CCDR

- ✓ **PO Norte, Centro e Alentejo** os vogais exercem funções executivas, competindo à ANMP propor um dos dois vogais executivos
- ✓ **PO Lisboa e Algarve** os vogais não exercem funções executivas, competindo à ANMP propor um dos dois vogais não executivos
- ✓ vogais, executivos e não executivos são designados por RCM e podem ser livremente exonerados pela mesma forma
- ✓ AG responde perante a CIC

AG – Competências

- ✓ Elaborar a regulamentação específica
- ✓ Definir e aplicar critérios de seleção
- ✓ Verificar se o beneficiário tem capacidade administrativa, financeira e operacional
- ✓ Verificar se a operação tem enquadramento nas elegibilidades do PO
- ✓ Verificar se foi cumprida a legislação aplicável à operação
- ✓ Verificar a realização efetiva dos produtos e serviços cofinanciados
- ✓ Garantir que os beneficiários utilizam um sistema contabilístico separado para todas as transações relacionadas com a operação ou a codificação contabilística fiscalmente aceite
- ✓ Adotar medidas antifraude eficazes e proporcionadas
- ✓ Elaborar a declaração de gestão e a síntese anual
- ✓ Assegurar a criação e a descrição de um sistema de gestão e um sistema de controlo interno
- ✓ Criar um sistema de registo e arquivo eletrónico dos dados sobre cada operação

.....AG – Competências

- ✓ Apreciar a elegibilidade e o mérito das candidaturas
- ✓ Aprovar as candidaturas
- ✓ Supervisionar o exercício das competências delegadas em OI
- ✓ Verificar a elegibilidade das despesas
- ✓ O exercício das funções de certificação não é delegável

Organismos intermédios

- ✓ O exercício das competências de gestão pode ser delegado pelas AG num OI, mediante a celebração de acordo escrito
- ✓ Exercem funções de gestão, mediante delegação da AG, as entidades públicas ou privadas que assegurem condições para melhorar os níveis de eficácia e de eficiência ou para superar insuficiências qualitativas ou quantitativas de recursos técnicos, humanos ou materiais das autoridades de gestão.
- ✓ Compete ao OI :
 - Elaborar um sistema de gestão e controlo que respeite o modelo adotado pela AG
 - Exercer as competências de gestão delegadas sob a supervisão da AG
 - Cumprir a regulamentação específica e as recomendações das AG, AC e AA e submeter-se aos procedimentos de controlo e auditoria
- ✓ O incumprimento do acordo escrito implica a cessação do contrato de delegação de competências, salvo se, mediante decisão fundamentada, for mantido pela AG

Autoridade de Certificação

A Agência para FEDER, FSE, FC e FEAC

- ✓ Apresentar à Comissão Europeia as declarações de despesa e os pedidos de pagamento
- ✓ Certificar a integralidade, a exatidão e a veracidade das contas
- ✓ Garantir a existência de um sistema de informação destinado a registar e arquivar os dados contabilísticos de cada operação
- ✓ Manter a contabilidade dos montantes a recuperar e dos montantes retirados na sequência da anulação

Pagamentos

- ✓ A Agência efetua pagamentos aos beneficiários e transferências para as autoridades de gestão dos PO das regiões autónomas
- ✓ Os pagamentos são executados com base em pedidos emitidos pelas AG
- ✓ Os pagamentos são efetuados a título de:
 - Adiantamento;
 - Reembolso;
 - Saldo final
- ✓ A execução dos pedidos de pagamento é assegurada pela Agência no prazo de **6** dias úteis

Autoridade de Auditoria

- A IGF é a autoridade de auditoria única para FEDER, FSE, FC e FEAMP
 - A Agência e o IFAP dispõem de uma estrutura segregada de auditoria que executa as auditorias em operações
-
- ✓ Assegura que os sistemas de gestão e controlo dos PO funcionam de forma eficaz a
 - ✓ Prevenir e detetar as irregularidades
 - ✓ O exercício das funções de auditoria não é delegável

Comissões de acompanhamento

- ✓ É instituída uma comissão de acompanhamento para cada PO temático e regional
- ✓ A composição é fixada por despacho dos membros do Governo
 - autoridades de gestão, que presidem;
 - órgãos de coordenação;
 - organismos intermédios;
 - ANMP;
 - parceiros económicos e sociais e organizações relevantes da economia social e instituições de ensino superior;
 - entidades públicas mais relevantes para o PO;
 - sociedade civil, incluindo do setor ambiental.

Acompanhamento das dinâmicas regionais

- ✓ O acompanhamento das dinâmicas regionais é assegurado pela CCDR, no âmbito das respetivas circunscrições territoriais do continente, sob coordenação da Agência
- ✓ Acompanhar a execução e os efeitos regionais das políticas públicas e dos respetivos instrumentos de execução, no âmbito do desenvolvimento económico, social e territorial em cada região, em especial, das operações que são objeto de financiamento pelos PO
- ✓ Desenvolver iniciativas de análise e de reflexão estratégica sobre o desenvolvimento económico, social e territorial de cada circunscrição territorial,

Articulação funcional

- ✓ A coordenação do PT2020 e a sua capacitação institucional são garantidas através da criação e dinamização de redes de articulação funcional, sem prejuízo das competências das AG
 - Rede de comunicação;
 - Rede de monitorização e avaliação;
 - Rede de capacitação e qualificação da procura;
 - Rede das dinâmicas regionais;
 - Rede para o crescimento verde;
 - Rede de sistemas de incentivos;
 - Rede do sistema de apoios à I&D&I e estratégia de especialização inteligente;
 - Rede rural nacional

- ✓ A CIC PT2020 pode criar outras redes

Curador do beneficiário

- ✓ O curador do beneficiário é designado pelo CM, sob proposta do membro do Governo responsável pela área do desenvolvimento regional, de entre personalidades de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal
- ✓ Goza de independência face aos demais órgãos de governação
- ✓ Receber e apreciar as queixas, apresentadas pelos beneficiários
- ✓ Propor a adoção de medidas que contribuam para a melhoria da qualidade do serviço prestado
- ✓ Previamente à adoção das recomendações, o curador do beneficiário procede à audição do órgão de governação visado na queixa
- ✓ As recomendações do curador do beneficiário são publicitadas no Portal PT2020